

TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM ASSENTAMENTOS RURAIS

WORKER'S LABOR AND HEALTH IN RURAL SETTLEMENTS

Rosemeire Aparecida Scopinho^(*)

RESUMO

O trabalho cooperado e autogestionário pode contribuir para solucionar os problemas relacionados ao desemprego, à miséria e ao desenraizamento social que afetam a saúde e a integridade bio-psicossocial dos trabalhadores? Estudando assentamentos rurais organizados sob os princípios da cooperação autogestionária, procuro compreender as mudanças ocorridas nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Entende-se que *condição de vida* não se refere apenas à possibilidade de acesso aos bens de consumo individual e/ou coletivo mas, sobretudo, ao grau de controle que possam ter os trabalhadores sobre as relações sociais e políticas relativas à organização do trabalho, ao poder de decisão e autogestão. Há dificuldades relacionadas à falta de condições adequadas (crédito, tecnologia e assistência técnica) para organizar a produção e a comercialização, à falta de infraestrutura (moradia, eletricidade, água, estradas, educação e saúde) para viabilizar a vida societária e à dificuldade de superar a cultura do assalariamento caracterizada pela submissão, dependência e naturalização das cargas de trabalho e dos agravos à saúde. Mas, apesar da escassez de recursos e da insuficiência das políticas públicas, os trabalhadores sentiam-se menos vulneráveis porque visualizavam a possibilidade de aprender novas formas de promoção da saúde por meio do associativismo e da agroecologia, que lhes permitia resgatar as tradicionais práticas de cuidado com a saúde e de proteção ambiental ao organizar o trabalho e a vida cotidiana.

Palavras-chave: trabalho e saúde; trabalho e cooperação; trabalho e condições de vida

ABSTRACT

Can cooperate and self manageable work contribute to solve problems related to unemployment, misery and social rootlessness which affect workers' health and bio-psycho-social integrity? By studying rural settlements organized according to the self managed cooperation principles, I try to understand the changes which took place in rural workers' work and life conditions. Not only does *life condition* refers to the possibility of acceding to individual and/or collective consumption goods, but, above all, to the control degree workers might have on social and political relations dealing with work organization, to the decision making power and self management. Difficulties exist related to both the lack of adequate conditions (credit, technology and technical support), to organize production and trade, to the lack of infra-structure (housing, electricity, water, roads, education and health) to make societary life viable, and to the difficulty to overcome the salary-based culture characterized by submission, dependence and work load naturalization as well as health worsening. However, despite the lack of resources and the insufficiency of public policies, workers felt to be less vulnerable because they viewed the possibility to learn new ways of health promotion through associativism and agro-ecology, which allow them to rescue traditional health care practices and environmental protection when organizing work and daily life.

Key words: work and health; work and cooperation; work and living conditions

(*) Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: scopinho@ufscar.br.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o trabalho rural não está alheio às mudanças que, atualmente, se processam na sociedade brasileira. Mesmo tendo sido crescentemente subordinada à atividade industrial e financeira, é indiscutível a importância da produção agrícola para o desenvolvimento do país, o que tem tornado o mundo rural lugar privilegiado de inúmeras e aceleradas transformações econômicas e sociais. Nos anos setenta, intensificou-se a expansão dos complexos agroindustriais com o uso do trabalho assalariado e, a partir dos anos noventa, coexistiram processos como a internacionalização do agronegócio, a valorização da pequena agricultura familiar e o acirramento da luta social organizada em favor da reforma agrária. Essas transformações tornaram o espaço rural brasileiro cada vez mais heterogêneo, em termos de organização econômica e social, das características, necessidades e interesses dos trabalhadores nele envolvidos.

Na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo-SP, uma das regiões agrícolas mais importantes do país, esses processos são dinâmicos, mas nem sempre resultam em transformações que beneficiam a maioria da população. A reestruturação do setor sucroalcooleiro, desencadeada no início dos anos de 1990 pelas mudanças introduzidas na política econômica do governo Collor, gerou descontinuidades e rupturas na ordem social regional. Na mesma medida da importância deste setor para a economia regional e nacional⁽¹⁾ e na mesma velocidade em que ocorreram as mudanças, o modo da organização e gestão da produção gerou um conjunto de impactos sócio-ambientais negativos. É bastante expressivo o número de trabalhadores que não têm seus direitos trabalhistas e de cidadania respeitados e, diariamente, muitos se acidentam, adoecem e até mesmo morrem no exercício das atividades laborais, caracterizando situações análogas ao trabalho escravo (SILVA, 1999; SCOPINHO, 2003). Para os trabalhadores, a consequência mais nociva é o desemprego estrutural e a precarização do trabalho resultante do processo de inovações tecnológicas e organizacionais em curso, especialmente a mecanização das lavouras de cana, a flexibilização dos compromissos firmados entre o capital e o trabalho e o desmonte do chamado “estado de bem-estar social”. Os mecanismos de vigilância e controle social desses problemas são frágeis e insuficientes, pois o Estado desenvolve ações fragmentadas e desarticuladas e o movimento sindical encontra-se politicamente fragilizado (SCOPINHO, 2003).

Procurando enfrentar esses processos, não é de hoje que os movimentos sociais vêm propondo e ensaiando alternativas de organização econômica e social. Destaca-se, entre elas, a retomada da discussão e a ação organizada em favor da reforma agrária, como forma de garantir as condições de existência dos trabalhadores rurais (FERRANTE *et al*, 1998; SILVA, 2004). Os assentamentos rurais têm sido considerados como expressão da luta dos trabalhadores do campo pela melhoria das condições de vida, “comunidades de resistência e superação” (MARTINS, 2004), espaços onde se desenrolam múltiplas relações sociais e trocas de saberes (MARTINS, 2003; LEITE *et al*, 2004). Diante da busca de alternativas para a crise de emprego, a problemática da organização e gestão de assentamentos rurais

(1) Nesta região localizam-se as principais usinas-destillarias brasileiras, responsáveis por 45% da produção nacional de cana-de-açúcar. Disponível em: <http://www.fenasucro.com.br/new/br/op_regiao.asp> Acesso em: 20 set. 2005.

com base no associativismo tem sido objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de desenvolvimento econômico-social (Brasil, 2000; LEITE *et al* 2004).

Nos assentamentos cuja base social é organizada pelo MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra —, as diferentes modalidades de cooperação, de cooperativas e de outras formas associativas que ali se constituem têm sido objeto de preocupação e de acompanhamento sistemático pela Concrab — Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda⁽²⁾ —, no sentido de não reproduzir o modelo agropecuário tecnicista e especializado tradicionalmente vigente no Brasil, concentrador de terra e de renda, gerador de êxodos populacionais, desemprego e toda sorte de desigualdades sociais, além de impactos ambientais negativos. Para a Concrab, o acompanhamento (técnico e político) dos projetos de assentamentos é importante porque, em primeiro lugar, a luta social em favor da reforma agrária não se encerra com o assentamento das famílias, pois aí se coloca o desafio fundamental de garantir a sobrevivência e a permanência na terra. Em segundo lugar, para que a reforma agrária torne-se, de fato, uma perspectiva concreta de melhoria das condições de trabalho e de vida no campo, é importante pensar o processo de ocupação da terra a partir de uma lógica organizativa, fundamentada na cooperação e na autogestão.

A relação trabalho-condições de vida vem sendo investigada, predominantemente, em organizações de trabalho urbanas, públicas e/ou privadas, organizadas sob o princípio da heterogestão. Com a recente proliferação das organizações de trabalho cooperado no campo torna-se importante avaliar o potencial que elas possuem para contribuir na solução dos problemas relacionados ao desemprego, à miséria e ao desenraizamento social que afetam a saúde e a integridade bio-psicossocial dos trabalhadores rurais.

Estudando assentamentos rurais, cujo processo organizativo orienta-se pelos princípios da cooperação autogestionária, procuro compreender que tipos de mudanças ocorrem nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais assentados. A investigação fundamenta-se na idéia da centralidade do trabalho na transformação social e na construção do sujeito que trabalha, entendendo que condição de vida refere-se não só à possibilidade de acesso aos bens de consumo individual e/ou coletivo, mas, sobretudo, ao controle das relações sociais e políticas no trabalho, ao poder de decisão e autogestão, possibilitado pelo modo como os trabalhadores organizam não só o trabalho, mas também as outras dimensões da vida cotidiana e se constroem como sujeitos sociais (TELLES, 1992).

Este artigo apresenta reflexões parciais de uma investigação que está em andamento, cujo objetivo é compreender as implicações da organização do trabalho e da vida cotidiana

(2) A Concrab é uma instância jurídica do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que congrega cooperativas de assentados em nove Estados brasileiros e núcleos de cooperação nos demais, abarcando diferentes modalidades de cooperação, desde as mais simples do ponto de vista jurídico formal (grupos informais, mutirões, troca de dias) até as mais complexas (associações e cooperativas) e formando o denominado SCA-Sistema Cooperativista dos Assentados. A principal função da Concrab é a de orientar a organização dos assentamentos rurais, estimular e difundir as diferentes possibilidades de desenvolver a cooperação autogestionária, mobilizar e organizar os assentados para produzir com acesso ao crédito, às inovações tecnológicas e ao mercado popular, desenvolvendo programas específicos tais como: experimentação de novas propostas de assentamentos, acompanhamento econômico e organizativo das cooperativas de produção, crédito ou comercialização, capacitação técnica de lideranças e jovens agricultores e estudos de mercado.

sob os princípios da cooperação autogestionária nas condições de vida e na subjetividade de trabalhadores rurais assentados⁽³⁾. Estudando o caso do Assentamento Sepé Tiarajú-SP a partir de uma perspectiva metodológica de inspiração etnográfica (L'ESTOILE & SIGAUD, 2006), utilizei análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observações do cotidiano de trabalho e vida para compreender os significados da existência dos assentamentos no contexto regional, as características sócio-culturais dos trabalhadores assentados e os significados por eles atribuídos a este outro modo de organizar e realizar o trabalho e a vida cotidiana, assim como os limites e as possibilidades de mudanças nas condições de vida, particularmente no perfil epidemiológico e de formação.

SEPÉ TIARAJÚ: A REFORMA AGRÁRIA ABRINDO OUTRAS PICADAS NO CANAVIAL

O Assentamento Sepé Tiarajú localiza-se entre os municípios de Serra Azul e Serrana-SP, na região de Ribeirão Preto-SP. Em abril de 2000, 100 famílias ocuparam uma área de, aproximadamente, 790 hectares da antiga Usina Nova União, em terras tomadas pelo governo do Estado de São Paulo dos usineiros, a título de pagamento de dívidas e tributos sociais. Em agosto de 2003 o Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — comprou a área e em 20 de setembro de 2004 a Portaria no. 46 Incra/SP oficializou o início do processo de assentamento de 80 famílias, distribuídas em quatro agrovilas, na forma de um PDS — Projeto de Desenvolvimento Sustentável⁽⁴⁾. O Sepé Tiarajú não foi o primeiro assentamento implantado em terras de usineiros nesta região. Desde a década de oitenta, a Feraesp — Federação de Empregados Assalariados na Agricultura do Estado de São Paulo vem organizando acampamentos e assentamentos nestes espaços (FERRANTE *et al*, 1998). Na verdade, este assentamento é o resultado de uma sucessão de ocupações iniciadas em 1999 nos municípios de Matão e Barretos. Tais ocupações foram realizadas em terras do governo do Estado de São Paulo, antes pertencentes a usineiros que, além de acumular dívidas trabalhistas e outras com o Estado, eram acusados de utilizar força de trabalho em regime de escravidão e de provocar danos ambientais irreparáveis. Mesmo transferidas para o Estado, as terras da Fazenda Santa Clara permaneciam irregularmente ocupadas pela usina, com plantação de cana-de-açúcar e os acampados enfrentaram duas tentativas de reintegração e posse. A presença das famílias nesta área foi objeto de polêmica no entorno. De um lado, apoiadas por um grupo denominado Amigos do MST que, além de contribuições na forma de alimentos, remédios, assistência à saúde, educação e outros, garantia o apoio político e até jurídico necessário à resistência e permanência das famílias na área; por outro lado, vítimas do preconceito e estigmatizadas por outros segmentos sociais, principalmente, sofreram a pressão e pagaram o ônus de terem ocupado um território que, tradicionalmente, sempre pertenceu aos grandes proprietários de terra, possuidores não apenas de um grande poder econômico, mas também político.

(3) Projeto de Pesquisa Relações de Trabalho, Condições de Vida e Subjetividade: entre Trabalho Dividido e o Trabalho em Cooperação, com apoio da FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Brasil), Programa Jovem Pesquisador.

(4) O PDS é uma modalidade de projeto de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, que se destina a atender à demanda social pela terra desenvolvendo atividades produtivas de baixo impacto ambiental, em sistema produtivo agroecológico e em modo de produção associativo (Brasil, 2000).

A presença do MST na região colocou em debate outros modelos organizativos para os assentamentos rurais, uma vez que eles: “(...) não são apenas uma unidade de produção. Mas acima de tudo são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, etc. (...)” (CONCRAB, 1998, p. 26). Para o MST, um assentamento torna-se um espaço para a construção de novas relações sociais na medida em que se estrutura a partir de um processo organizativo que leva em conta tanto a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto as dimensões relacionadas ao convívio social e à participação política e comunitária. Isto é importante para não reproduzir as relações sociais vigentes no mundo rural brasileiro que, de acordo com os dirigentes, ocorrem porque o trabalhador, por força das circunstâncias, organiza o seu tempo e a sua vida em torno de estratégias de sobrevivência imediata da família limitando a sua participação política à reivindicação de salários e/ou melhores preços para os seus produtos (CONCRAB, 2001).

Assim, uma das preocupações do MST é propor formas organizativas, cuja discussão e ensaio são desencadeadas ainda durante o período de acampamento. Ao organizar os chamados “novos assentamentos”⁽⁵⁾, procura-se obter o controle político sobre o projeto e a demarcação da área, dada a importância do território no imaginário do trabalhador rural; construir agrovilas que comportem núcleos de, no máximo, 20 famílias agrupadas por critérios de afinidade dados pelas relações de parentesco e vizinhança, que se constituem na instância básica da estrutura organizativa e da gestão do assentamento; conferir a posse e a não propriedade da terra, para evitar a venda ou arrendamento dos lotes e colocar a mulher no mesmo patamar de igualdade de direitos que possuem os homens; desenvolver a formação continuada, compreendida como método de acompanhamento do processo organizativo, que articula as dimensões técnicas e políticas e culturais. Porém, a orientação fundamental é organizar a produção e as outras dimensões da vida cotidiana com base nos princípios da cooperação autogestionária e da agroecologia, porque se considera que é necessário imprimir um outro significado à produção rural, re-pensando o sistema e o modo de produzir, para não reproduzir o modelo agropecuário tradicionalmente vigente, responsável pelo êxodo rural porque é concentrador de riquezas e depredador de recursos naturais e humanos.

No que se refere ao sistema produtivo, a orientação é utilizar uma matriz tecnológica que coloque a tecnologia a serviço do homem e não o contrário, ou seja, que proteja e perpetue os recursos naturais e diminua os custos de produção por meio da utilização de insumos, métodos e tecnologias agroecológicas. Quanto ao modo de produzir, a cooperação tem sido vista como uma saída para enfrentar e superar as dificuldades e a escassez de recursos decorrentes da ausência de políticas públicas que favoreçam a pequena produção e o desenvolvimento sócio-cultural e político dos assentamentos. Agroecologia e cooperação referem-se ao modo de organizar e administrar a produção e a reprodução da vida, que no mundo rural não são instâncias separadas. Além dessas orientações, outros elementos

(5) “Novos assentamentos” porque as orientações eram produto de uma avaliação interna dos resultados organizativos obtidos nos assentamentos organizados pelo MST desde meados dos anos de 1980. Em síntese, o balanço apontava que os assentamentos estavam longe de serem espaços sociais no sentido definido acima e não passavam de objeto da política social compensatória implementada pelos governos naquele período (Carvalho, 2005).

destacam-se como sendo facilitadores da participação comunitária na organização da infra-estrutura e dos serviços internos no assentamento, tais como a escola, os cuidados com a saúde, o transporte, o comércio, a religiosidade, praças e parques infantis, embelezamento e arborização, espaços de manifestação artística e cultural e de preservação da memória comunitária (CONCRAB, 2001).

A partir dessas orientações gerais, foram formuladas propostas específicas para a organização dos assentamentos nas diferentes regiões do país, de acordo com a realidade local. No Estado de São Paulo, a proposta denominada Comuna da Terra está fundamentada na constatação empírica dos dirigentes de que os acampamentos rurais mais recentes caracterizam-se pela localização em áreas de terra relativamente pequenas e próximas aos grandes centros urbanos. O acampado é, geralmente, o assalariado rural que perdeu emprego devido à intensificação da mecanização agrícola nos anos de 1990. O projeto de assentamento proposto pelo MST busca romper com modelo agropecuário tecnicista e especializado e promover a “re-campesinação”, ou seja, o retorno do trabalhador rural ao campo para produzir com base nos princípios da agroecologia, utilizando trabalho familiar e destinando a produção para o mercado interno e popular. Aproveitando as características da população que demanda terra, a proposta visa a conciliar o desenvolvimento de atividades agrícolas com atividades não agrícolas para solucionar problemas de emprego no campo e na cidade. Visa ainda a criar condições para o desenvolvimento sócio-cultural procurando romper com a dicotomia campo-cidade e superar os estereótipos que identificam o homem do campo com o arcaísmo e a ignorância. A partir de 2003 foram desenvolvidas experiências em acampamentos localizados em São José dos Campos, Franco da Rocha, Cajamar e também Serra Azul, onde se localiza o Assentamento Sepé Tiarajú. Em suma, do ponto de vista do MST, os assentamentos assim organizados podem se constituir em espaços de resistência econômica e política para os trabalhadores rurais.

Quando o Incra comprou a Fazenda Santa Clara e iniciou o processo de assentamento das famílias no Sepé Tiarajú, propôs uma adaptação do modelo PDS, que foi originalmente pensado para ser implantado na Amazônia, à realidade regional. As condições essenciais colocadas pelo Incra foram: a concessão de uso e não de posse da terra, para evitar a venda e o arrendamento; o desenvolvimento da produção cooperada e agroecológica e o compromisso de recuperação da área degradada pela monocultura da cana; a criação de uma entidade coletiva para administrar os recursos financeiros concedidos pelo Estado; a formação de um comitê gestor do assentamento, composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, representantes dos assentados, ONG’s locais e Incra. Essas condições, em linhas gerais, não eram muito diferentes do que já vinha sendo proposto pelo MST desde a década de oitenta. A propósito, a proposta do Estado foi construída com base nas experiências organizativas desenvolvidas pelos movimentos sociais ao longo desses anos, entre eles o MST.

QUEM SÃO OS TRABALHADORES ASSENTADOS?

A diversidade de sotaques, costumes, tradições e modos diferentes de organizar a vida existente entre os assentados chamava a atenção e anunciava que o principal desafio

do processo organizativo era o de como convergir a diversidade sócio-cultural no sentido de realizar um projeto de assentamento, coletivamente construído com base na cooperação e na agroecologia, com viabilidade socioeconômica e ambiental, sem negar as tradições, costumes, necessidades e interesses dos assentados. Por entender que um processo organizativo cooperado e autogestionário somente se realiza efetivamente se as características sócio-culturais dos sujeitos forem consideradas, um dos objetivos específicos da pesquisa foi o de conhecer os trabalhadores quanto às suas origens, trajetórias e expectativas de vida, experiências profissionais e sentidos atribuídos à cooperação como forma e organização da vida econômica e social. A convivência e o diálogo foram estratégias importantes para compreender as características, o pensamento e o cotidiano de trabalho e de vida das famílias.

Predominava no Sepé Tiarajú uma população adulta e famílias que possuíam entre duas e cinco pessoas sendo significativo o número de pessoas sozinhas. Os “sozinhos” eram, na maioria, do sexo masculino e, geralmente, tinham se separado ou perdido seus parentes no processo de migração e nas andanças empreendidas em busca de terra e emprego. Alguns eram muito jovens, adolescentes que experimentaram a condição de serem moradores de rua, que mantiveram ligações com o tráfico organizado de drogas como estratégia de sobrevivência e procuravam lidar com as conseqüências e agravos da dependência de drogas à saúde; outros eram adultos de meia idade, que a dependência crônica do uso de álcool havia separado do convívio familiar e excluído do trabalho. As mulheres, geralmente, estavam sozinhas por viuvez ou separação do marido.

Porém, nem todos os “sozinhos” tinham perdido a família. Os migrantes nordestinos pretendiam trazer os parentes — filhos, genros, noras, netos e agregados — depois da oficialização do assentamento. A migração ocorreu, em grande parte, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em geral, os nordestinos vieram para São Paulo entre os anos de 1970 e 1990 para cortar cana ou colher laranja e migraram para e pelo interior do Estado de São Paulo trabalhando temporariamente nas agroindústrias de monocultura. Os assentados eram originários de pequenas cidades do Sudeste e do Nordeste, regiões de onde, freqüentemente, vêm os migrantes para trabalhar na agricultura paulista, especialmente nos setores canavieiro e citrícola (SILVA, 2003; SCOPINHO, 2003). Em busca de trabalho, realizaram um traçado de trajetórias de migração interestadual que tanto coincide com as áreas de expansão de fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país quanto se circunscreve nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste onde se desenvolve, principalmente, a monocultura canavieira.

Os itinerários de migração ocorreram não só do campo para a cidade, mas igualmente de cidade para cidade, do campo para o campo, da cidade para o campo. A maioria das famílias migrou mais do que três vezes, uma delas migrou mais de 11 vezes em um mesmo ano. Algumas desistiram de tentar a vida fora da cidade de origem, retornaram a ela, mas por falta de alternativa tornaram a migrar. Na década de 1990, intensas transformações espaciais, culturais, econômicas e sociais atingiram tanto o campo quanto as cidades paulistas. As mudanças advindas com a internacionalização da economia aceleraram a reestruturação da base produtiva provocando forte impacto na oferta de empregos no Estado, especialmente na região metropolitana. Nas regiões de economia agroindustrial como a de

Ribeirão Preto, a intensificação da mecanização agrícola por meio do uso de colheitadeiras mecânicas provocou desemprego estrutural na agricultura, especialmente a canaveira. O desemprego, tanto urbano quanto rural, aliado à ausência de alternativas de geração de renda e à omissão do Estado no que se refere à situação dos desempregados, obrigou esta população a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias das chamadas “cidades-dormitório” de bóias-frias ou a migrar sazonalmente para as regiões de monocultura. Como disse *Silva* (1999) ao analisar os fluxos migratórios existentes entre as regiões do Vale do Jequitinhonha e de Ribeirão Preto, nos diferentes espaços, a “modernização” não só levou à destruição da história objetiva e material e na forma de estruturação da relação campo-cidade, como também trouxe conseqüências de ordem simbólica para os moradores destas regiões, promovendo um efeito desagregador nas suas lembranças e identidades.

A fuga da pobreza e da violência existente nas periferias urbanas estava entre os principais motivos que levaram a maioria das famílias do Sepé Tiarajú a participar de um movimento social em favor da reforma agrária e procurar romper com a fatalidade de ser e morrer pobre. *Silva* (s/d, p. 290), refutando a tese de que essas pessoas migram porque querem, assim se referiu a esta população, conhecida por reunir os “excluídos da modernização”:

“São vidas definidas por um *vaivém perene*, por uma eterna migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social. Na luta pelo direito à sobrevivência, resistem à condição de párias, de mendigos. Os trajetos de suas andanças refletem a busca de um ponto fixo na escala social. Resistem ao processo descendente imposto pela estrutura social e independente de suas vontades” (grifos nossos).

Silva argumentou que há um processo de “exclusão-inclusão precária”, ou seja, a exclusão é relativa e processual, se faz aos poucos por meio de um percurso que também encontra possibilidades de inclusão. Entre essas possibilidades, tanto estão a adesão à economia do tráfico de drogas quanto a mendicância, a inserção em trabalhos precários e a participação organizada em movimentos sociais e políticos. A migração é como “(...) uma abertura, como caminho para novos ciclos que se abrem e se fecham constantemente.” (*idem*, p. 290).

As rotas migratórias e trajetórias sociais das famílias do Sepé Tiarajú retratam o “vaivém perene” e a tentativa de re-inserção, ou de encontrar “o ponto fixo” como disse *Silva*, por meio da participação social e política, embora nem sempre esta opção estivesse orientada pela clareza do que isto significa em termos de projeto de vida de longo prazo. Por isto, premidas pelo imediatismo, algumas famílias desistiram desta alternativa e retornaram para o “vaivém”, a exemplo dos que desistiram de ocupar a área, procurando outras formas de pertencimento que proporcionassem resultados imediatos, porque a alternativa da luta pela terra encontra obstáculos técnicos, políticos e burocráticos, cuja superação nem sempre está sob controle dos trabalhadores assentados (*SILVA, idem*, p. 290).

Sempre foi notável não só a diversidade de origens e de trajetórias de migração, mas também de experiências profissionais existentes entre os assentados. Ao longo do itinerário, as pessoas nem sempre conseguiram manter a rota profissional e se transformaram em

vários outros tipos de trabalhadores para sobreviver. As experiências profissionais eram marcadas pelo desenvolvimento de atividades em diversos setores e ramos da economia formal e informal, que não requeriam qualificação indicando a inserção dos assentados em relações e condições de trabalho que, tipicamente, se caracterizam pela precariedade, ou seja, realizadas sem o mínimo de garantia do cumprimento da legislação trabalhista e social.

Os assentados eram, tipicamente, prestadores de serviços, na cidade ou no campo. Na cidade prestaram serviços, geralmente, no âmbito doméstico tais como: acompanhante de idosos, babá, cozinheira, costureira, dama de companhia, diarista, dona de casa, eletricista, empregada doméstica, encanador, faxineira, lavadeira e passadeira de roupas, trabalhos domésticos em geral, entre outros. Na indústria, exerceram, principalmente, a atividade denominada auxiliar de produção em diversos setores da economia (desde indústrias alimentícias até de chapéu); foram também mecânicos e metalúrgicos, profissões cujo exercício supõe uma certa especialização e qualificação. No comércio, trabalharam como vendedores, fixos ou ambulantes, em diferentes contextos. No campo, exerceram atividades ligadas à prestação de serviços especializados, como, por exemplo, cortador de cana, boiadeiro, tratorista, garimpeiro. Sobretudo, foram contratados para realizar serviços gerais, em 34 diferentes tipos de culturas, desde hortaliças e frutas até grãos.

Aparentemente predominavam as atividades exercidas no mundo urbano. Ocorre que as atividades rurais foram, genericamente, denominadas como agricultura familiar, serviços gerais na lavoura, lavoura de subsistência, profissões que incluem uma grande variedade de atividades, desde os mais diferentes tipos de agricultura e pecuária, até as diferentes funções que um trabalhador pode exercer nas propriedades rurais. E ainda, aparentemente, pode causar estranhamento o fato de pessoas com este tipo de trajetória profissional demandarem terra, pois a experiência e os vínculos de trabalho rural são critérios óbvios para justificar a demanda. Ocorre que esses trabalhadores possuíam vínculos com a terra na condição de filhos de trabalhadores rurais, que viveram até a adolescência em fazendas ou sítios e migraram para as cidades na idade adulta para trabalhar, ou na condição de assalariados temporários — ou “bóias-frias” como são mais conhecidos. Além disso, atualmente, há processos de transformação sócio-espaciais complexos em andamento no interior do Estado de São Paulo, como o crescimento da conurbação e da integração produtiva entre atividades agrícolas combinadas com as não agrícolas no espaço rural. O tipo de relação que esses trabalhadores possuíam com a terra é um misto do que traziam na memória da infância e da juventude com a experiência do assalariamento, ora no campo ora na cidade. Eles eram artífices de várias formas de relacionamento entre natureza, terra, migração e trabalho. Herdeiros de uma cultura do trabalho precário, dividido e heterogerido, traziam as marcas da submissão e da exploração, experiências de trabalho e vida orientadas pelo imediatismo na luta pela sobrevivência.

A propósito, a partir deste breve retrato das trajetórias de migração e das experiências profissionais dos assentados no Sepé Tiarajú, é possível pensar que eles sofriam da “doença do desenraizamento” que é imposta aos trabalhadores, como referiu *Weil* (1996). *Simone Weil* argumentou que a necessidade mais importante e desconhecida da alma humana é o enraizamento, que ocorre por meio da participação real, ativa e natural na exis-

tência de uma coletividade, conservando viva a memória do passado e as expectativas em relação ao futuro. A capacidade de participação vem automaticamente da origem, do nascimento, da profissão e do lugar onde o homem se insere. As influências externas, as mudanças são importantes como estímulos que tornem a vida mais intensa, mas se elas forem coercitivamente impostas promovem a “doença do desenraizamento”. *Weil* refere-se a um processo não somente geográfico, mas, sobretudo moral, provocado por um determinado modo como se desenvolvem as relações sociais e a dominação econômica.

A população do Sepé Tiarajú era desenraizada, porque estava sem emprego ou qualquer outra possibilidade de garantir as condições de sua reprodução e sem acesso às suas raízes culturais. Embora a migração seja em si uma forma de violência que acarreta, entre outras coisas, a perda das relações que constituem a identidade social, ressalta-se que esses trabalhadores, mesmo antes da partida ou das várias partidas, já eram vítimas do desenraizamento, que se fazia presente nos lugares de origem. Esta condição de desenraizamento crônico pode trazer implicações para o processo organizativo do Sepé Tiarajú. Se o projeto comunitário não for condizente com as expectativas e interesses dos assentados, podem ocorrer novas migrações, a exemplo da desistência de algumas famílias ao longo da ocupação. No entanto, a diversidade sócio-cultural existente também indica flexibilidade, capacidade inventiva e de adaptação na busca por melhores condições de vida. Neste sentido, pode ser grande a possibilidade de vingar a proposta de diversificar a economia e desenvolver atividades produtivas rurais e urbanas no Assentamento Sepé Tiarajú, porque esses trabalhadores encontraram na luta pela reforma agrária e na adesão ao MST uma possibilidade de enraizamento.

O QUE PENSAM OS TRABALHADORES ASSENTADOS

Existia entre os assentados uma expectativa geral de que, junto com a posse da terra, viria a libertação entendida, principalmente, como o oposto da condição de estar subordinado a um patrão e ter que sobreviver de um salário que está sempre aquém do necessário, ou pior, de ter incerteza da existência de trabalho tendo em vista o que ele significa para a sobrevivência. Aparentemente tratava-se da expectativa da liberdade idílica de voltar ao campo e ser dono de si, de realizar o “sonho de ter a terra”. No entanto, o assentamento era visto como um lugar para satisfazer necessidades sociais básicas, para se fixar, enraizar, onde a família poderia encontrar condições para superar as dificuldades de reprodução social, principalmente no que se refere à alimentação, moradia, aglutinação dos membros, educação, saúde e segurança. Era também um lugar para trabalhar e produzir e os assentados sempre referiram uma grande diversidade de projetos e de atividades produtivas, desde as tipicamente agropecuárias até as agroindustriais e de comercialização.

O desejo de participação social e política revelou as mais inequívocas evidências da possibilidade de enraizamento, porque dizia respeito à vontade de participar, real e ativamente, não só daquela coletividade, mas também de ajudar na construção de outras. Ou seja, mais do que um lugar para trabalhar e viver, o assentamento representava tanto uma possibilidade de inserção social e política, de construção de uma sociedade pautada em novos valores quanto a necessidade de demonstrar para esta mesma sociedade, especial-

mente ao poder público, do que seriam capazes de fazer sob determinadas condições. Este desejo aparecia claramente associado à vontade de continuar inserido e militando no MST para contribuir com a organização de outros acampamentos e assentamentos. Os assentados também demonstravam sentimentos de gratidão e de pertencimento e esperavam retribuir ao MST e à sociedade o que obtiveram por meio da inserção no assentamento. Destacam-se ainda as expectativas relacionadas a organizar a economia e a vida sob os princípios da cooperação, de criar estruturas organizativas para viabilizar a vida comunitária e contribuir no desenvolvimento de valores coletivistas e cívicos. O depoimento abaixo é revelador deste sentimento, porque faz uma clara referência à totalidade da vida humana, ao que deve ser valorizado e ao que deve ser mudado na organização da vida societária.

“(...) a gente pensa em produzir porque a gente tem bastante fome. O que vamos produzir? Uma delas é cultura. Alguém vai ter que dar aula. Ele vai se afundar lá na terra e deixar as nossas crianças sem estudar, os demais companheiros que não sabem ler? Por exemplo, a música, enfim ... é o planejamento: quem encaixa no que. Por que está tudo precisando ... quiabo, postes, motoristas, estudar.”

A expectativa de recuperar o meio ambiente demonstrava tanto o reviver de uma antiga relação de amor à terra quanto a incorporação das orientações e preocupações do MST e do Incra para desenvolver uma produção agroecológica e de posicionar-se de modo crítico em relação à monocultura extensiva e intensiva. Juntamente com uma certa consciência da importância da preservação ambiental, havia também uma preocupação pragmática com a recuperação do solo e das águas como condição fundamental para produzir e manter a família no assentamento. Lutar contra a monocultura, mais do que discurso ambientalista, é condição importante para viabilizar os projetos produtivos nesta área, que se localiza no coração da maior área de cultivo de cana-de-açúcar do país⁽⁶⁾.

Mas, também se revelaram as expectativas assistencialistas, pessimistas e negativistas. Alguns esperavam passivamente pelos recursos financeiros a que tinham direito por lei; outros esperavam a oficialização do assentamento e o repasse dos créditos governamentais para se isolarem ou colocarem as propostas coletivistas em segundo plano ao organizarem as suas vidas.

Pensar e desenvolver o projeto do Assentamento Sepé Tiarajú de modo coletivo, necessariamente, passava pelo reconhecimento e pela compreensão dos sentidos atribuídos pelos assentados à cooperação, já que esta forma organizativa era preconizada pelo MST e estava entre as condições impostas pelo Estado para a existência do assentamento.

No Sepé Tiarajú, desde os tempos de acampamento, a produção sempre foi “agroecológica”. Por falta de recursos para comprar insumos, sementes e máquinas de grande porte e por orientação do MST, os acampados tiveram que resgatar antigas técnicas ou inventar

(6) Cercado de cana por todos os lados, o Assentamento Sepé Tiarajú convive com as queimadas dos canaviais, com a contaminação do ar e das águas provocada pelo uso de produtos químicos (fertilizantes, agrotóxicos e maturadores) aplicados nos canaviais vizinhos por meio do uso de aviões. Apesar disto, os assentados produzem para o autoconsumo utilizando técnicas agroecológicas, mais por força da falta de recursos do que por convicção ideológica ou adesão ao discurso ambientalista. Os assentados contam histórias que indicam estar havendo a reconstrução da fauna e da flora e que o lugar está se tornando uma ilha de preservação ambiental, refúgio onde tem sido possível recuperar várias espécies de plantas nativas e conviver com lobos guarás, pequenas onças, tatus, répteis, entre outros animais silvestres.

um jeito de produzir que prescindisse de tecnologia avançada. A falta de capital de giro é uma característica desta população que, geralmente, ocupa terra por falta de alternativa de trabalho. Sem capacidade de financiamento e munidos de uma base técnica artesanal (enxada, podão, foice, arado de tração animal), de sementes e de insumos doados, de máquinas agrícolas emprestadas e/ou alugadas e orientados pelos cursos de produção agroecológica ministrados pelo MST por intermédio do Centro de Formação Sócio-Agrícola Don Helder Câmara, os acampados desenvolviam uma produção diversificada e voltada para a subsistência das famílias. Sempre chamou a atenção dos visitantes a biodiversidade de plantas e de animais existente nos pomares e jardins improvisados no entorno dos barracos que, aos poucos, trouxeram de volta para a Fazenda Santa Clara algumas espécies de pássaros e de pequenos animais.

Em determinados períodos houve alguns ensaios de produção coletiva, mas nem todos estavam envolvidos e/ou de acordo com este modo de trabalhar. Esses ensaios, os processos de formação e capacitação proporcionados pelo MST, as experiências de trabalho anteriores, as inúmeras experiências de cooperação desenvolvidas no cotidiano para resistir no acampamento, entre outras, contribuíram para que os assentados construíssem um conjunto de sentidos sobre cooperação. Quando interrogados sobre o que é cooperação os assentados demonstravam dificuldades para expressar opinião sobre o assunto: “cooperação é bom”, “é importante” ou “tem que ter”. O que se ouvia soava como reprodução de conceitos decorados, decorrência da participação nas palestras, cursos e outras atividades de formação típicas promovidas pelo MST. Muitos assentados viam a cooperação como uma imposição do MST e do Incra e as suas respostas eram controladas pelo medo de perder a oportunidade de ser assentado. Por este motivo, procurou-se apreender que sentidos eram atribuídos pelos assentados à cooperação em termos de vantagens e desvantagens percebidas ao experimentá-la no cotidiano do assentamento, principalmente, a partir da experiência de trabalhar coletivamente.

Entre as principais vantagens econômicas apontadas, destacam-se as relacionadas às melhorias na organização, no sistema de planejamento e na gestão da produção. Os assentados percebiam que a cooperação amplia a capacidade de investimento ao somar pequenas quantidades de terra e capital para possibilitar a compra de máquinas e outros bens de produção que, individualmente, não teriam como comprar porque os recursos financeiros a que teriam acesso são, no mínimo, insuficientes. Percebiam ainda que a utilização racional dos recursos diminui os custos de produção porque juntos podem comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir. Mencionaram que poderia ocorrer a melhoria da capacidade de negociação e a ampliação da capacidade de comercialização, pois, ao eliminar o “atravessador”, facilitaria a inserção e a sobrevivência dos produtores no mercado, proporcionando mais segurança. No âmbito da organização do trabalho, percebiam as vantagens no aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda por meio da diminuição do tempo de produção e do esforço humano possibilitado pela divisão de tarefas. Os assentados entendiam que por meio da cooperação reúnem-se as diferentes especialidades e habilidades humanas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, o que diminui a necessidade de buscar força de trabalho especializada fora do assentamento. Foram mencionadas também as vantagens econômicas indiretas como maior disponibilidade de alimentos e remédios.

Os assentados também percebiam as vantagens de natureza social trazidas pela cooperação, no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais e melhorar as condições de vida. Revelaram-se tanto os sentidos idealizados e abstratos, do tipo “a união faz a força”, típico do imaginário popular, quanto a ênfase colocada na possibilidade concreta de ampliar e dinamizar as redes de relacionamento e de convivência social, o ânimo e a segurança decorrentes disto. A cooperação era vista como forma de evitar o isolamento tipicamente experimentado por quem mora no campo porque, geralmente, as residências situam-se distantes umas das outras. Eles entendiam que a organização da moradia em agrovilas possibilita um espaço de convivência e de diversão que poderia fazer o tempo passar mais rapidamente, motivar, aumentar a esperança, a segurança e a auto-estima.

Para os que não tinham experiência com o trabalho rural, a cooperação significava ainda um espaço de convivência que favorecia a formação para o trabalho por meio do aprendizado de formas cooperadas e agroecológicas de trabalhar a terra, que criava a possibilidade de melhor conhecer as pessoas que convivem na comunidade, de discutir problemas comuns e de planejar a produção e a vida com menor margem de erro, de melhorar as condições de vida, de ter mais dignidade e proteção social a partir da inserção e da convivência em um grupo organizado, de possibilitar a discussão sobre as questões políticas e sociais que interessam aos assentados tais como a conjuntura política nacional e os rumos da reforma agrária, as causas do êxodo rural, a ausência ou a inadequação das políticas públicas para o homem do campo. Este aprendizado aumentaria as chances de participação e de interferência nas decisões políticas no âmbito local, regional e nacional e ajudaria na criação e manutenção de estruturas organizativas para viabilizar a cooperação e a formação.

As várias dimensões do sentido social atribuído à cooperação estão sintetizadas no seguinte depoimento:

“Acredito que cooperação é um jeito de agir que é diferente porque ninguém é escravo. É a mesma coisa, nós vamos precisar de todas essas pessoas, mas é um jeito diferente, é um jeito que não pertence a este negócio de escravo, não fala nem em patrão, essas coisas ... eu acredito que vai ser bem gostoso o lugar que nós vamos viver. A experiência que um tem já passa para aquele outro que não tem. A maioria aqui tem a prática também, não é? No assentamento é quase todo mundo maduro, principalmente o nosso grupo que somos gente de idade, nasceu na roça, tem experiência. A gente gosta da aula porque a gente vive aprendendo. A gente nunca termina a escola da gente, ensinando e aprendendo. É muito bom isso aí.”

A cooperação também representava uma forma de facilitar o acesso aos bens de consumo coletivo, à infra-estrutura básica e de serviços, tais como energia elétrica, água, pavimentação, construção de moradias, escolas, postos de saúde etc, e ao controle coletivo na destinação dos recursos concedidos pelo Estado, tendo em vista que eles são escassos e as necessidades são muitas.

Em suma, para os assentados a cooperação poderia ser um caminho para o enraizamento ao contribuir para criar condições para a sobrevivência econômica, social e política da comunidade.

Entre as desvantagens apontadas destacam-se as que se referiam à impossibilidade de definir, livre e exclusivamente em função da própria vontade ou das necessidades da família, o horário e a extensão da jornada de trabalho, a forma de acesso ao seu resultado ou produto. O contexto de trabalho cooperado criava demandas de relacionamento que necessitavam respostas imediatas e adequadas. Os assentados tinham essas respostas, mas eles se sentiam sob o controle de outros, principalmente dos coordenadores dos núcleos. Participar do coletivo também tinha o sentido de uma obrigação imposta, condição para permanecer no assentamento e ter direito ao acesso à terra, o que contraria o princípio da adesão voluntária, fundamental para realizar a cooperação.

O trecho de depoimento expressa esta idéia, ao mesmo tempo em que aponta para a dificuldade de construir consensos por falta de entendimento do que seria a vontade coletiva:

“(…) combater o individualismo sim, mas a gente pensa assim que a associação não vai tirar também a liberdade de uma pessoa. Aí que tem que pensar a associação e ver a liberdade da pessoa. A gente ouviu falar no individualismo, mas tem muitos pontos que ver. As pessoas quando vêm acampar, no caso, elas vêm buscar a liberdade e, muitas vezes, tem um método aí que a pessoa fica presa. Eu sou a favor de uma associação, mas tem que ser muito bem explicado, preparado, uma idéia que saia do povo, porque nada que é feito de cima dá certo. O projeto, geralmente, tem que sair do povo. Agora, para entender o povo (…)”

Os que tinham experimentado o trabalho assalariado supunham que o trabalho cooperado deveria ser livre e entendiam que as regras estabelecidas pelo coletivo em nada se diferenciavam do controle e da supervisão despótica experimentadas na condição anterior. Eles entendiam que, apesar da ideologia e do discurso democrático típico da doutrina cooperativista, na prática, o controle mantinha-se centralizado e a gestão não era transparente.

“Ali perto daquele bananal era uma horta medicinal. Com essa discussão errada aí o pessoal foi abandonando. Não estou dizendo que o pessoal não tem interesse de trabalhar no coletivo, mas é que ficou o poder de uma pessoa e uma pessoa que não entende. Quer dominar uma pessoa que não tem cabeça para trabalhar o todo. Ele quer uma coisa, dominar uma coisa, mas não tem o aval do todo, não é?”

Foram mencionadas desvantagens em relação à hierarquia, à assimetria de poder e de experiências que hierarquizavam as relações entre os membros do coletivo de trabalho. Destacam-se as referências feitas à divisão entre trabalho intelectual e manual (a coordenação não entende do trabalho), as que faziam alusão à diferenciação ideológica entre campo e cidade, o entendimento de que o MST era como se fosse um empregador e o sentimento de injustiça e de desconfiança presente nas relações. O trecho de diálogo abaixo transcrito, que envolveu três assentados, explicita como eram vivenciadas as relações de dominação:

— Eu posso ser o presidente, mas não posso subir em cima de uma gilete para ... entendeu?

— É que tem gente que sobe em cima de uma gilete e acha que está muito alto. Compreende?

— E esquece de olhar para o companheiro que está lá em baixo, esquece de dar uma olhadinha para o lado ...

— Pecado capital, vaidade...”

Foram mencionadas como desvantagens as diferenças existentes entre os indivíduos em relação ao ritmo, objetivos, metas, idéias e experiências, que influenciavam na qualidade do trabalho e no cumprimento das obrigações coletivas.

“(...) se fizer associação, eu vou trabalhar e o outro não vai; outro dia eu vou de novo e ele está doente; no outro dia fulano foi levar a mulher no médico e não pôde vir. Eu vou ficar trabalhando para os outros? A maior preocupação aqui, talvez as pessoas não falem, mas a maior preocupação aqui no nosso assentamento é isso. Porque se todo mundo fizesse (...) se for uma associação, que ela seja organizada de acordo com as horas trabalhadas para a partilha ... o acordo tem que ser de discutir ... transparência.”

A percepção dessas diferenças individuais remete para uma questão crucial no ideário de cooperação, que é a noção de justiça na distribuição do trabalho e seus resultados. Duas questões importantes estão envolvidas. A primeira diz respeito à idéia da falta de padronização da tarefa e do comportamento dos trabalhadores, que é uma exigência característica da heterogestão para garantir a diminuição dos custos de produção, o aumento da produtividade do trabalho e da qualidade do produto. O princípio de igualdade inerente ao ideário cooperativista teria a desvantagem de não padronizar e não homogeneizar. Conseqüentemente, a segunda questão remete à percepção de que faltavam mecanismos de distribuição eqüitativa dos resultados do trabalho que, de acordo com os assentados, estariam relacionados à falta ou não cumprimento dessas regras.

A predominância de valores individualistas e competitivos e de crenças, opiniões, preconceitos e estereótipos discriminatórios também foi apontada como desvantagem. Destacam-se as referências ao individualismo, à falta de motivação, de humildade e de entendimento, a descrença da capacidade organizativa das pessoas, a discriminação em relação à mulher, entre outras questões. Os assentados percebiam a importância de conhecer esta nova forma organizativa, tanto os seus fundamentos e as suas técnicas quanto no sentido de experimentar e entender o funcionamento concreto. Por ter regras diferentes das conhecidas, muitos consideravam a situação confusa.

Para melhor entender essas percepções sobre as desvantagens da cooperação, é importante lembrar a amplitude de experiências profissionais dos assentados, cuja marca fundamental é o assalariamento em condições informais, instáveis e precárias. A ideologia e os valores que naturalizam a divisão do trabalho e as relações hierárquicas, o despotismo como forma de controle e de garantir obediência às regras conviviam no cotidiano de trabalho dos assentados.

No entanto, a partir da experiência vivida, os assentados sugeriram como a cooperação deveria ou não acontecer. Destaca-se a indicação do número de elementos que deveria conter um grupo para cooperar adequadamente, a importância do planejamento, de articular produção e gestão, a indicação de regras para controlar os que não cooperam e as menções reveladoras de que uns demandavam a presença de um coordenador que exerces-

se controle sobre o grupo e outros, ao contrário, entendiam que esta figura é dispensável. Isto indica que os assentados, ao mesmo tempo em que procuravam reproduzir as regras aprendidas na condição de assalariados, individualmente, tinham capacidade de proposição e formulação de regras próprias para regular o funcionamento do coletivo.

“Aí eu acho que na hora de fazer o nosso regimento deveria ter uma punição, não assim ... [muito rígida] Mas, se a pessoa não está participando adequadamente deveria ter uns 10% ou 20% [de multa ou retirada menor] porque aí quando for no fim do ano a fulana sai com 100 sacos de arroz e o outro só com 15? Não trabalhou, não é? Como é que quer levar igual ao outro? A única maneira para poder ir para frente todo mundo com vontade.”

Os sentidos atribuídos pelos assentados do Sepé Tiarajú à cooperação eram contraditórios. Por um lado, havia uma clara percepção do significado da cooperação em termos econômicos e sociais, no sentido de que ela pode contribuir para ampliar a capacidade de sobrevivência por meio da obtenção de renda monetária direta e/ou indireta maior gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção. Consideravam que a cooperação possibilitava aprender formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, ampliar e dinamizar as formas e as redes de convivência social e conquistar melhorias de infra-estrutura para a comunidade. Ao mesmo tempo, essa forma de entender a cooperação coexistia com aquelas idéias que demonstravam haver inúmeras divergências entre os grupos quanto à delimitação do que é o coletivo e o que é o individual, o entendimento e aceitação das diferenças, a heterogeneidade dos projetos, a predominância dos valores individualistas, entre outras questões.

Os sentidos contraditórios da cooperação também estavam presentes na forma como os assentados percebiam a sua própria condição nas relações que estabeleciam uns com os outros no cotidiano do assentamento. Ao mesmo tempo em que se sentiam autônomos e possuidores de mecanismos próprios para eliminar as desigualdades sociais, viam-se como assalariados e não percebiam diferenças entre a dinâmica de funcionamento do coletivo de trabalho construído no assentamento e a das turmas de empreiteiros a que pertenceram enquanto estiveram na condição de “bóias-frias”. Os indícios das contradições podiam ser percebidos por meio de raciocínios tipicamente mercantilistas e capitalistas, centrados na relação receita e despesa, na rentabilidade e na reprodução do capital até os exclusivamente humanistas, centrados na noção abstrata e idílica de bem comum.

A maioria ocupou a Fazenda Santa Clara em busca de liberdade incondicional, movida pela idéia de ser o patrão de si mesmo e experimentava este tipo de cooperação pela primeira vez. Embora predominasse no grupo uma lógica produtiva individual, todos manifestavam a vontade de conciliar as formas de trabalho individual com as de trabalho coletivo. Coexistia com a expectativa e o desejo de experimentar novas formas de organizar o trabalho e a vida a marcante presença de uma concepção instrumental de cooperação, fundada numa cultura cujos traços envolviam os conhecimentos e as experiências de vida e de trabalho anteriores, combinando a herança da pequena produção familiar e o aprendizado do trabalho assalariado nas empresas de agronegócio ou nas cooperativas que elas organizam, as conhecidas “cooperatas” ou “gatooperativas”.

Esta combinação revelou um sistema de valores ambíguos por meio do qual os assentados visualizavam as relações de trabalho cooperado apenas no seio da própria família ou, no máximo, admitiam a cooperação na forma de mutirão nos momentos de necessidade; concebiam a terra como lugar para sobreviver, reproduzir e deixar para a família como herança; orientavam-se pelo ceticismo do “ver para crer” e pelo pragmatismo da preocupação com objetivos pré-estabelecidos que poderiam beneficiar a família. Ao mesmo tempo, percebiam que a cooperação poderia se dar no contexto de uma turma comandada, cujos membros deveriam valorizar e respeitar a autoridade e naturalizar a hierarquia; a terra significava lugar para o lazer e descanso, as atitudes revelavam a preferência pela delegação do poder de decisões e a participação era passiva e presencial.

Em princípio, eram contrários à idéia de formar uma cooperativa, porque traziam uma experiência e uma ideologia de cooperação como mecanismo de exploração que, consciente ou inconscientemente, procuravam reproduzir. As experiências de organização do trabalho em cooperação desenvolvidas no acampamento não foram suficientes para desconstruir esse ideário, pelo contrário, muitos as vivenciaram como um reforço das suas concepções anteriores. Alguns defendiam o trabalho individual porque tinham um pequeno capital (geralmente vindo da venda de veículo) que, somado aos recursos recebidos do Estado no processo de assentamento, permitiriam iniciar um negócio e assalariar outros assentados que, por não terem nenhum capital e qualificação, tinham poucas chances de sobreviver individualmente. As seqüelas do desenraizamento e a herança do trabalho fragmentado e heterogerido transpareciam na forma de uma grande dificuldade de, coletivamente, estabelecerem regras sensatas, justas e passíveis de serem cumpridas. Movidos por um sentimento de incompetência e de insegurança, delegavam ao Estado e ao MST as decisões e ações para solucionar os seus problemas. No entanto, ao mesmo tempo, observava-se que as discussões sobre cooperação, geralmente, eram polêmicas e calorosas, momentos de intensa troca de idéias e informações, em que os assentados sempre demonstraram grande capacidade de avaliação e de escolha, embora elas nem sempre fossem publicamente explicitadas devido ao medo de ser excluído do grupo, ou pelo Incra ou pelo próprio MST. Cada experiência era devidamente pesada, medida e avaliada no sentido de tirar dela os pontos positivos e negativos do processo organizativo cooperado e autogestionário.

Embora, de modo geral, os assentados fossem contrários à idéia da formação de uma cooperativa, a cooperação era uma ação social muito presente no cotidiano das famílias e nos pequenos grupos de trabalho que se formavam e se desmanchavam, na medida da necessidade. Pode-se dizer que no Sepé Tiarajú predominava a cooperação espontânea, ação social cuja base é a reciprocidade social, adiada — a retribuição é feita quando for possível ou conveniente — ou instantânea — a retribuição é imediata (CAMARGO, 1960). Por exemplo, eram organizados mutirões para realizar algumas colheitas (principalmente de milho verde, que contava até com pessoas de outros acampamentos), para construir novos barracos para os ingressantes ou mudar os barracos de lugar, para limpar o terreno e demarcar os lotes etc. Além disso, a própria comunidade criou um certo padrão de assistência social próprio ao produzir e trocar remédios caseiros, ao criar mecanismos para cuidar das crianças e dos idosos cujos familiares necessitavam sair do acampamento

para trabalhar ou por outros motivos, e ainda ao manter no acampamento aqueles que, por não terem condições de cumprir as exigências burocráticas do Incra (por exemplo, os “sozinhos” com mais de 60 anos), não poderiam ser oficialmente assentados e permaneciam na condição de agregados das 80 famílias.

O QUE PODERÁ MUDAR NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS?

Diante das dificuldades enfrentadas, especialmente as relacionadas à falta de acesso ao sistema de crédito, à tecnologia e à assistência técnica adequada para organizar a produção e a comercialização, à falta de condições de infra-estrutura (moradia, energia elétrica, água, estradas e transporte, educação e saúde) para viabilizar a vida da comunidade e à dificuldade de superar a cultura do assalariamento caracterizada pela submissão e dependência, os assentados procuravam no processo organizativo cooperado e autogestionário uma forma de lidar com a escassez e de solucionar os problemas do cotidiano, até porque não lhes restavam alternativas. Mesmo atribuindo sentidos contraditórios à cooperação, os princípios mutualistas, para além da organização da produção, orientavam as ações comunitárias ligadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, entre outras.

A vivência desses princípios ocorria diante da provisoriidade de um assentamento cujo projeto insistia em permanecer no papel e na gaveta dos gabinetes dos órgãos estatais, nos ensaios de produção coletiva desenvolvida no contexto de uma economia de trocas, no processo de tomada de decisão para planejar a ocupação definitiva da área. Diante da escassez de recursos e da insuficiência das políticas públicas para suprir as necessidades imediatas, as tradicionais práticas de cuidado com a saúde, de proteção do meio ambiente e de troca de conhecimento estavam sendo resgatadas, por meio do uso de medicamentos fitoterápicos, dos insumos naturais, entre outras práticas agroecológicas. No entanto, os sentidos atribuídos à relação que se estabelece entre condições de vida, saúde-doença e a contribuição dessas experiências na formação dos trabalhadores também eram contraditórios. Ao mesmo tempo em que as cargas e agravos à saúde eram naturalizados, que se recorria às explicações sobrenaturais para os problemas e, às vezes, considerava-se que o resgate de práticas de cuidado tradicionais atenderia às necessidades, os direitos em relação aos cuidados assistenciais especializados eram reivindicados, os agravos à saúde eram relacionados à contaminação ambiental e à falta de condições de infra-estrutura, de formação adequada para cuidar da saúde, entre outras questões.

Contudo, o assentamento também era visto como um local para produzir, para conquistar a estabilidade da família e melhorar as condições de vida, principalmente em relação à saúde, ao meio ambiente, à educação e à segurança dos filhos, um espaço próprio para exercer a participação social e política. Mais do que a propriedade de um pedaço de terra e renda, no Sepé Tiarajú os trabalhadores assentados tinham moradia, trabalho e segurança física e psicológica, possibilidade de participação social e política. A riqueza era pensada não como capacidade de consumo, mas como possibilidade de aprendizado, convivência com os vizinhos e a família.

“(...) riqueza ... depende do ponto de vista. No meu caso, riqueza para mim é bem-estar social. Dinheiro não quer dizer ... estrutura não quer dizer ... faz parte, mas isso

para mim não é riqueza. A grande riqueza é o bem de todos, não só a minha família o meu núcleo, até o país, o mundo. Isso é que é para mim a grande riqueza e acho que a gente tem que pensar grande mesmo, ser rico mesmo. Sem fome ... fome não é só de alimento. Isso que o ser humano precisa. Até o canto dos pássaros, tudo é isso. Nós temos que lutar por isso, não simplesmente por um pedacinho de terra, um pezinho de mandioca. E para isto tem que ter unidade. (...) Para quê? Para eliminar este afundamento aí de enxada com cavalo atrás e não sei mais o que [referência à base técnica tradicional da pequena agricultura]. Introduzir máquinas para a companheirada produzir melhor, para sobrar tempo para jogar truco, rezar, tomar banho no córrego, enfim... Para perceber que os pássaros cantam, as folhas balançam para a gente ... Esse é o meu ponto de vista. Tem que pensar no todo e criar a possibilidade de ser feliz mesmo. Só assim que a gente vai conseguir, não é?

As reflexões aqui apresentadas não são conclusivas. Avaliar os impactos das relações de trabalho cooperado e autogestionário nas condições de vida dos trabalhadores está exigindo, sobretudo, re-pensar critérios e indicadores tendo em vista que os classicamente utilizados podem ser inadequados porque refletem valores incompatíveis com a lógica organizativa desses espaços e tornam parcialmente invisíveis os seus resultados econômicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário — Inbra. *Projeto de Desenvolvimento Sustentável — PDS*. Brasília, out. 2000.

CAMARGO, Luis Carlos. *Cooperação e cooperativismo*. São Paulo: USP-Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, 1960 (Boletim 4, cadeira n. 20).

CARVALHO, Horácio Martins de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. *Revista Adusp*, n. 34, p. 30-38, 2005.

CONCRAB — Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. *Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos*. São Paulo: Concrab /MST, 1998 (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 7).

_____. *O que levar em conta na organização do assentamento — a discussão no acampamento*. São Paulo: Concrab/MST, 2001 (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 10).

FERRANTE, Vera Lúcia S. B. (coord.) et al. *Assentamentos de trabalhadores rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades*. Araraquara: Unesp, 1998 (Relatório CNPq/Nupedor/1996-98).

LEITE, Sérgio et al. (coord.). *Impacto dos assentamentos*. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004.

L'ESTOILE, Benoit de; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS, José de Souza (coord.). *Travessia*. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, Adalberto Floriano Graco. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação do MST*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências Sociais — PUC-SP.

SCOPINHO, Rosemere Aparecida. *Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SILVA, Maria A. de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. de S. (coord.). *Travessia*. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. *Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes*. Disponível em: <<http://www.168.96.200.17/ar/libros/rural/moraespdf>> Acesso em: 10 maio 05.

_____. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. In: *Tempo social*, Rev. de Sociologia da USP, 4 (1-2): 53-93, 1992.

WEIL, Simone. Desenraizamento. In: BOSI, Eclea (org.). *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.